

Relatório de Viagem

Reunião: OCDE – CDEP – 76ª REUNIÃO

Local e Data: Paris, 14 a 18 de maio de 2018

Participante: Ministro Carlos da Fonseca (MRE)

Realizou-se, entre 14 e 18 de maio, em Paris, a 76ª Reunião do Comitê de Políticas para a Economia Digital da OCDE. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário de Políticas Digitais do MCTIC, Thiago Camargo, e integrada pelo Diretor do Departamento de Banda Larga do MCTIC, Artur Coimbra de Oliveira, e pelo Ministro Carlos da Fonseca, Chefe da DI. Participaram ainda, pela ANATEL, os senhores Agostinho Linhares, Gerente de Espectro da Superintendência de Outorgas e Recursos; Andrei Ribeiro Nunes, da Superintendência de Planejamento e Regulamentação; e Victor Dias, da Assessoria Internacional.

2. Os representantes da ANATEL e Diretor do Departamento de Banda Larga do MCTIC cumpriram agenda de reuniões relacionadas aos trabalhos do GT sobre Infraestrutura de Comunicações e Políticas de Serviços do Comitê (WGCISP), nas quais foram discutidos estudos em matéria de cesta de preços em serviços de telecomunicações; medição da Internet das Coisas; e neutralidade da rede.

3. Quanto ao Secretário Thiago Camargo, participou da reunião do pleno do Comitê, durante a qual, tal como negociado com o Secretariado da OCDE, fez apresentação sobre a Estratégia Brasileira de Transformação Digital (e-Digital), aprovada em abril último. Reuniu-se, ademais, com o senhor Andy Wyckoff e a senhora Anne Carblanc, respectivamente Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação e Chefe da Divisão de Economia Política Digital da OCDE, com os quais discutiu a possibilidade de contratação de revisão (*peer review*), pelo secretariado do CDEP, da Estratégia Brasileira de Transformação Digital (e-Digital).

4. O projeto “Going Digital”, anteriormente batizado “Projeto Horizontal sobre os Benefícios da Digitalização para o Crescimento e o Bem-Estar” foi lançado, em novembro de 2016, como parte do plano de trabalho do CDEP para o período 2017-18. Trata-se, segundo informado pelo próprio CDEP, da maior iniciativa “transversal” da organização, desenvolvida, de forma articulada, por 14 Comitês da OCDE: Concorrência (CC), Políticas do Consumidor (CCP), Políticas de Economia Digital (CDEP), Indústria e Inovação (CIIE), Seguros e Previdência Provada (IPPC), Mercados Financeiros (CMF), Assuntos Fiscais (CFA), Políticas de C&T (CSTP), Estatísticas (CSSP), Políticas Econômicas (EPC), Educação (EDPC),

Emprego e Trabalho (ELSAC), Governança Pública (PGC) e Comércio (TC). A coordenação da iniciativa será do CDEP, com apoio do Secretariado (Diretoria de CT&I).

5. O projeto teve como origem proposta elaborada no segundo semestre de 2015, pelos Presidentes dos comitês de Políticas para Economia Digital (CDEP), Ciência e Tecnologia (CSTP), Política para o Consumidor (CCP) e Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE), e submetida ao crivo das autoridades dos países membros durante as reuniões ministeriais de Ciência e Tecnologia (Out/15), Emprego (Jan/16), Capacitação (Jun/16) e Economia Digital (Jun/16), bem como a reunião do Conselho da OCDE (Jun/16).

6. A iniciativa parte da premissa de que a digitalização da economia apresenta tanto oportunidades como desafios a governos, setores privados, trabalhadores e sociedade civil, o que torna necessário estudo aprofundado de seus diferentes impactos, de forma a melhor preparar os diferentes segmentos da sociedade para extrair maiores benefícios, minimizando os custos.

7. Conforme salientado na introdução do documento-base do projeto, “a digitalização da economia oferece promessas de inovação, eficiência e melhoria nos serviços”, contribuindo para promover crescimento mais inclusivo e sustentável, assim como maior bem estar. Ao mesmo tempo, acarreta rupturas em relação a modelos consagrados de organização dos mercados e de interação entre indivíduos e grupos dentro da sociedade, com prováveis e significativas repercussões em termos de empregos (“job creation” e “job destruction”), educação (“digital literacy”), capacitação (“skills”), privacidade, segurança, políticas em material tributária e comercial (e-commerce), controle e/ou transferência de novas tecnológicas, e a possível reorganização das cadeias globais de valor, com concentração crescente em benefício das economias mais avançadas e suas grandes plataformas de comércio e prestação de serviços *online*, o que poderá agravar o problema do hiato digital e das disparidades econômicas no mundo.

8. Diante desse quadro, o projeto tenciona contribuir para que formuladores de políticas públicas possam melhor “identificar medidas que permitirão a suas economias maximizar os benefícios da digitalização e lidar apropriadamente com os desafios que se apresentarão”, deliberando sobre os prováveis “trade-offs” entre benefícios econômico-sociais de natureza geral e custos pontuais para grupos determinados dentro da sociedade.

9. Na reunião entre o Secretário Thiago Camargo e a equipe técnica do CDEP, da qual participou também o senhor Arthur Coimbra, ficou definido que as revisões, (*peer review*), seriam efetivamente

encomendadas à OCDE, seguindo Termo de Referência que levaria em conta os critérios e resultados do “Going Digital”, e aplicar-se-iam tanto à e-Digital, em especial a sua implementação, como a temas afetos a telecomunicações. Proposta inicial de Termo de Referência seria encaminhado ao MCTIC, pela equipe técnica responsável pelo “Going Digital”, ainda no corrente ano, de forma a que as revisões pudessem ser iniciadas antes do final de 2018.

10. O Secretário Thiago Camargo reuniu-se igualmente com o Embaixador do Brasil na França, Paulo de Oliveira Campos, ocasião em que se aventou a possibilidade de organizar-se seminário bilateral sobre temas digitais, em data a ser definida entre as duas Partes. A Embaixada enviou proposta ao governo francês e aguarda reação.

11. O Ministro Carlos da Fonseca aproveitou a viagem a Paris para encontrar-se com a Representante brasileira perante a UNESCO, Embaixadora Maria Edileusa Fontenele Reis para, na companhia do senhor Alexandre Barbosa, do Cetic.br, e de funcionários da própria UNESCO, discutir a necessidade de revisão do acordo que estabelece o Cetic.br como “Centro Internacional de Categoria II”, associado à entidade. Como se sabe, o acordo, assinado em 2012, segue pendente de ratificação pelo lado brasileiro, em função de especificidades identificadas pela Consultoria Jurídica do Ministério de Relações Exteriores, que aconselhariam processo de internalização por meio de aprovação do Congresso Nacional. No encontro com a equipe da UNESCO foi acordado que a entidade enviaria ao lado brasileiro proposta de texto alternativo de acordo, para eventual assinatura ainda em 2018.